

Educação

ESTADO DE SÃO PAULO

O RG escolar evita excessos

11 AGO 1996

Uma medida simples pode vir a ter efeito promissor em termos da organização sistêmica da educação paulista: o RG escolar. Sem dúvida, a possibilidade de oferecer o documento aos 6,2 milhões de estudantes da rede pública — segundo promessa da secretária Rose Neubauer, até o final deste mês todos os alunos o receberão — permitirá um controle mais efetivo, seja quantitativo, seja qualitativo, da clientela escolar. Tal documento será o primeiro passo para uma efetiva informatização da rede. Conforme anúncio da secretária, já no próximo ano toda matrícula na rede será feita com esse documento, com “código de barra”, permitindo, portanto, imediata identificação tanto de nichos de superlotação quanto de subaproveitamento de unidades escolares. Mais do que isso, torna possível funda-

mentar alocação de recursos, onde sejam realmente necessários.

Talvez exatamente por essa possibilidade se possa entender a reação, algo destemperada, de certos setores. É impossível negar a presença de certa resistência burocrática ao controle que encerra longo período de incompreensíveis privilégios. Dados informatizados não se conectam, em nenhuma hipótese, com a máxima de que aos amigos tudo, aos inimigos a lei. Informatizar a rede, por outro lado, desarticula a resistência invisível a medidas profiláticas contra o desperdício de recursos públicos.

A exata medida dessa resistência está na interpretação dos dados referentes ao número de alunos matriculados no início deste ano e o número de alunos cadastrados. No cadastramento de setembro passado, a própria secre-

taria estimava uma diferença entre “300 e 500 mil matrículas excedentes” em relação ao número de alunos efetivamente presentes nas salas de aula. Agora se sabe que a estimativa oficial fora pessimista: a diferença está em 285 mil matrículas, casos típicos de matrículas duplas e até triplas, parte considerável deles identificada.

O fato de a secretaria ter presente a existência do problema, já em setembro último, elimina a conotação pejorativa que se empresta à discrepância assinalada. Ela foi registrada, um avanço, especialmente quando os “excedentes” possivelmente estejam na sala de aula de algumas várias escolas em que se ma-

tricularam inadvertidamente.

Todos os que estão habituados a lidar com estatísticas educacionais sabem que essa diferença entre número de matriculados e número de alunos há duas décadas oscila em torno de 10%; na administração passada, por motivos específicos, essa diferença chegou a alcançar quase 20%. Porcentualmente, hoje essa diferença é de 4,1%. Estudo de Felícia Ma-

deira, da Fundação Seade, revela que, em 1996, o número de crianças em São Paulo fora da rede de ensino é o menor em vários anos. É um indício de que a reorganização da rede controlou excessos, o que pode prejudicar o interesse de muita gente.

A informatização da matrícula no ensino público pode provocar reações inesperadas